

## CARTOGRAFIAS EM CONFLITO

### **Cartografia crítica do reassentamento involuntário da comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG.**

Dra. Monique Sanches Marques  
Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto  
(UFOP)  
E-mail: monique.marques@ufop.edu.br

Ao abordar o processo de colonização da América Latina, identifica-se como elemento comum a destruição da natureza existente para que se possa, explorar as demais possibilidades econômicas de cada lugar. A transformação da natureza em ruína vem se revelando como uma prática da atividade minerária no Brasil e em especial em Minas Gerais dada a riqueza de seu subsolo. No dia 05 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de minérios do Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A. (Vale S.A. e BHP Billiton), se rompeu causando a desterritorialização de inúmeras populações ao longo da bacia do rio Doce assim como vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais, envolvendo questões relacionadas à perda de territorialidades, de modos e projetos de vida, transformações econômicas e sociais, alterações na saúde mental e física dessas comunidades.

O desastre crime da Samarco/Vale/ BHP destruiu o patrimônio arquitetônico e histórico de diversas comunidades locais, desabrigou e desalojou centenas de indivíduos, interrompeu o abastecimento de água de inúmeras cidades, destruiu hidrelétricas e obras de infraestrutura, comprometeu o comércio regional e atividades produtivas como pesca, agropecuária, turismo e causou danos ambientais na Bacia do Rio Doce que afetarão diversas gerações. Em Mariana o desastre afetou diretamente os subdistritos de Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas. Os danos repercutiram nos espaços de moradia, nos modos de vida, nas condições de trabalho e de sobrevivência dos moradores, comerciantes, agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, dentre outros que hoje são identificados como atingidos e atingidas. O subdistrito de Bento Rodrigues, localizado em Santa Rita Durão, distrito ao norte do município de Mariana/MG e com população de 620 habitantes, foi a primeira comunidade a ser atingida e a mais afetada pelos rejeitos de minério de ferro meia hora após o rompimento, devido à sua proximidade de 6 quilômetros da barragem de Fundão.

A discussão a ser aqui apresentada pretende levantar questões sobre o processo de reassentamento involuntário da comunidade de Bento Rodrigues, causado pelo rompimento da barragem de Fundão. Esta pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto teve início em abril de 2019 e desde então trabalhamos junto aos atingidos/as de Bento Rodrigues produzindo tecnologia social afim de contribuir para os processos de reparação, compensação e outros modos de indenização no tocante ao tema do reassentamento.

No momento em que as populações atingidas pelo desastre têm seus modos de vida abruptamente interrompidos, seu território devastado e são obrigadas a se deslocarem para uma nova área, determina-se uma desterritorialização imposta através do reassentamento involuntário como a única alternativa para restituir o direito à moradia. Como nos demais processos de deslocamento compulsório, as pessoas precisam da terra, seja urbana ou rural, em primeiro lugar para exercerem o direito constitucional da moradia e em seguida para utilizarem da mesma, como antes, para serem produtivos, principalmente nas áreas rurais.

O processo de criação de um projeto urbanístico e arquitetônico para o reassentamento das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, no caso de Bento Rodrigues, envolve a comunidade local, ou seja afetados; a Cáritas MG, enquanto assessoria técnica dos atingidos; o Ministério Público MG e a Fundação Renova, além de outras instituições. A Fundação Renova é legalmente responsável por desenvolver e apresentar, acompanhado de consulta pública os

projetos necessários ao reassentamento. No caso de Bento Rodrigues, foi de interesse e reivindicação dos atingidos que a elaboração do projeto urbanístico procurasse reproduzir da melhor forma possível as características do distrito afetado, na tentativa de não somente garantir a indenização pelos danos às propriedades individuais, mas também os modos de vida associados ao seu antigo território, o que inclui áreas produtivas e de autoconsumo, áreas para criação de animais, segurança hídrica para humanos, fauna e flora, manutenção das relações de vizinhança e aspectos subjetivos de cada núcleo familiar.

As atividades dessa pesquisa são desenvolvidas a partir de demandas reais dos/as atingidos/as que nos chegam a partir da parceria interinstitucional entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP e a assessoria técnica dos/as atingidos/as de Mariana, neste caso, a Cáritas Regional Minas Gerais, assim como da Comissão dos/as atingidos/as de Bento Rodrigues.

Este trabalho consiste na elaboração de análise crítica sobre os processos relacionados ao reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues com o objetivo de contribuir para a visibilização e problematização da luta das pessoas atingidas por seus direitos no âmbito da reparação, compensação e demais ressarcimentos. As ações da Fundação Renova são marcadas pelas frequentes violações de direitos, ações unilaterais pseudo participativas, linguagem propositalmente hermética, aprovação de propostas incoerentes com o desejo das famílias, desacordo com a lei, ocultação de informações, entre outros aspectos que contribuem para a morosidade dos processos de ressarcimentos. As empresas utilizam a linguagem como aliada na constante violação de direitos. Os termos técnicos e propositalmente herméticos utilizados pelos diferentes grupos que atuam no contexto do desastre são um empecilho à comunicação e a efetiva participação dos atingidos/as nos processos de decisão. O abuso aos direitos de informação têm como consequência o desgaste das comunidades afetadas e a aprovação de propostas sem que os/as atingidos/as as conheçam de fato.

No primeiro momento da pesquisa, produzimos com a comunidade dispositivos cartográficos a partir dos quais abriram-se possibilidades para conhecer e relacionar as novas espacialidades propostas pelos projetos do reassentamento com as subjetividades e modos de vida experimentados no Bento de origem. Foram elaborados pareceres técnicos, análises das legislações urbanísticas assim como foram produzidos diagramas, mapas, maquetes, desenhos, análises sobre o reassentamento. Esses vários dispositivos se correlacionam a partir de uma plataforma cartográfica que contém registros das espacialidades de Bento Rodrigues antes do rompimento, suas características e intensidades e das espacialidades produzidas no reassentamento de Nova Lavoura a partir do plano urbanístico e dos projetos arquitetônicos. Sobrepondo e problematizando essas camadas acabamos por construir coletivamente o que entendemos ser uma cartografia crítica do reassentamento.

O terreno de Nova Lavoura, nome dado à área anfitriã, ao reassentamento de Bento Rodrigues, apresenta riscos ambientais, relevo acentuado, áreas de talvegues, diversas zonas "*non aedificandi*", pouca aptidão para o cultivo. Os núcleos familiares relataram incompatibilidades com o terreno, dentre as principais, destacam-se o déficit de área dos lotes do reassentamento com relação ao Bento de origem, presença de talvegues, geometria dos lotes, vizinhança diferente da área de origem rompendo laços familiares e sociais, declividade acentuada, entre outras características que vão contra os critérios estabelecidos pela comunidade para serem contemplados no reassentamento. A partir dessas questões levantadas pelos/as atingidos/as, o segundo momento da pesquisa consistiu na produção de dispositivos gráficos analíticos como mapas, maquetes, desenhos técnicos das quadras e dos lotes individuais de modo a desenhar as informações atribuindo-lhes características e quantidades. Essas informações dizem respeito ao dimensionamento da declividade dos lotes no reassentamento, assim como identificação das vizinhanças, informações sobre as áreas dos lotes que dispunham no Bento antigo e as áreas que receberão no reassentamento, cálculo destes déficits, informações sobre testadas e geometria dos novos lotes, dentre outros aspectos que a comunidade julgou de seu interesse.

Após a aprovação do projeto urbanístico, a Fundação Renova se mostrou ainda mais resistente às adequações necessárias à restituição integral das famílias, prejudicadas no reassentamento coletivo de Nova Lavoura. Ainda assim, as famílias atingidas continuaram dispostas a buscar soluções aos problemas ocasionados pela própria Fundação Renova, sem desconsiderar as limitações impostas pelos processos burocráticos, como novos licenciamentos ambiental e urbanístico. Dessa forma, as pessoas atingidas começaram a pleitear a readequação da poligonal dos lotes, quando possível, sem alterar o desenho das quadras do loteamento; realocação para lotes vagos - aqueles disponibilizados pelas famílias que optarem pelo reassentamento familiar ou pecúnia, por exemplo. De acordo com a assessoria técnica e com a comissão dos/as atingidos/as, a presença de uma plataforma cartográfica associando diferentes informações, saberes, análises foi importante para dar suporte aos/as atingidos/as, bem como fomentar a discussão sobre a readequação e a realocação. Devido às determinações da Juíza em audiência pública, muitas famílias conseguiram ser realocadas dentro do reassentamento. Um dos principais motivos de realocação, foram as áreas de talvegue. Terrenos situados sobre talvegues primários foram realocados dentro do reassentamento e os lotes foram suprimidos. De acordo com a assessoria técnica, os materiais desenvolvidos nesta pesquisa operam como agenciadores que oferecem recursos visuais e analíticos para discutir os problemas referentes ao reassentamento. Ademais, o desenho da informação é acessível e foi bem recebido pelos atingidos e atingidas. Segundo a assessoria técnica, após o primeiro contato, os atingidos/as dominaram a linguagem dos mapas e, nos encontros com a Fundação Renova, os responsáveis pelos núcleos familiares direcionaram as discussões com a empresa, a partir do entendimento do que estava sendo discutido e, inclusive, muitas das soluções partiram deles. Segundo a assessoria técnica, é possível perceber que os dispositivos cartográficos cumpriram um papel importante no que se diz respeito ao empoderamento e a participação dos/as atingidos/as no processo.

Vale ressaltar que mais de sete anos se passaram desde o rompimento e nenhuma moradia foi entregue no reassentamento de Nova Lavoura. Atualmente, grande parte da população vive em casas alugadas pelas empresas na sede urbana de Mariana ou em outras regiões. Neste momento, Nova Lavoura constitui-se por um canteiro de obras. Os núcleos familiares das moradias finalizadas foram convidados pela Fundação Renova a ocuparem os imóveis a partir de janeiro de 2023. Um convite complexo para quem aguarda há mais de sete anos pela retomada da rotina e do convívio social interrompidos pela passagem do rejeito de minério. Para a comunidade atingida, a ocupação de Nova Lavoura feita em etapas, sem a conclusão total das obras, descumpra acordos e gera incertezas. Segundo eles, a Fundação Renova quer colocá-los no reassentamento para fazer marketing. Famílias temem pelo convívio de crianças e adolescentes em um ambiente com obras e com a circulação de um número grande de trabalhadores, maior até que o de pessoas residentes nas novas casas. Atualmente, cerca de três mil homens trabalham diariamente nas obras. O cenário de dúvidas é marcado também pelo descumprimento de algumas das demandas coletivas. Ao longo das visitas dos moradores acompanhados de assessores técnicos da Cáritas às suas casas em Lavoura vem sendo identificados diferentes e recorrentes problemas nas edificações das moradias. Problemas associados ao déficit de áreas das residências quando comparadas as áreas definidas nos projetos arquitetônicos, patologias das construções como trincas e infiltrações, deslizamento de terra nas áreas externas às construções das moradias, incompatibilidade dos materiais de construção quando comparados aos definidos nos projetos arquitetônicos, ausência da construção das benfeitorias tais como galinheiros, paiol, fornos além da grave ausência dos quintais para cultivo e criação de animais.

Nesta fase da pesquisa propomos a abordagem do tema da moradia digna uma vez que se começa a vislumbrar a entrega das primeiras casas concluídas no reassentamento. Nesta etapa os nossos esforços estão concentrados na elaboração de laudos técnicos que contenham registros das indicações realizadas pelos/as atingidos/as e pela assessoria técnica sobre aspectos das construções das moradias. Importante registrar as categorias destes aspectos. Problemas estruturais, patologia das construções, dimensionamentos dos espaços, estabilidade dos terrenos, dentre outros problemas. Temos como objetivo construir junto com a população atingida de Bento Rodrigues um memorial técnico sobre a construção de suas casas para reivindicações junto a Fundação Renova, Prefeitura de Mariana, Ministério Público e demais instâncias. Novamente o pensamento cartográfico agencia o modo de produção do conhecimento. A implicação dos atores envolvidos no processo é fundamental,

os princípios da pesquisa orientam o fazer, pensamento em rede, sistema aberto, discordância com relação a neutralidade da ciência, o pensamento político e crítico são algumas noções que orientam esse trabalho. Essas ações da pesquisa estão vinculadas a projetos de extensão, assim como a atividades de ensino; todas essas associadas ao estudo dos territórios minerados.